

## **PROCESSO SELETIVO PARA CONSELHEIRO TUTELAR - 2015**

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

#### **INSTRUÇÕES**

Leia com atenção e siga rigorosamente estas instruções:

- 1- Verifique se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas.
- 2- A prova objetiva consistirá de 25 questões com quatro alternativas (**A, B, C e D**).
- 3- O cartão-resposta não pode ser dobrado, rasurado ou manchado e deve ser escrito com caneta azul ou preta. O cartão-resposta deve ser preenchido conforme modelo abaixo:

A	B	<b>C</b>	D
---	---	----------	---

- 4- Serão anuladas as questões que tiverem rasuras ou qualquer outra forma de marcação diferente do modelo acima.
- 5- Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A fraude ou tentativa, a indisciplina, o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos, são faltas que desclassificarão o candidato.
- 6- Ao terminar, entregue ao chefe de sala a prova o **cartão-resposta** assinado.
- 7- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas.
- 8- Esta prova terá duração de **3 horas**.
- 9- O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos, após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão sair juntos.

Assinatura do candidato: \_\_\_\_\_

## QUESTÕES SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

1. De acordo com o Art. 4º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Com relação ao parágrafo único deste artigo assinale a alternativa INCORRETA, com relação a garantia de prioridade:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) destinação de orçamento público municipal com teto máximo de 25% para os programas de atenção à criança e ao adolescente;
- d) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

2. Assinale “V” para verdadeiro e “F” para falso e em seguida marque a alternativa correta:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Em relação ao direito assegurado, conforme art. 53 da Lei n.º 8.069/90 (ECA) são seus direitos:

- Ser respeitado pelos seus educadores;
- Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- Organizar e participar de entidades estudantis;
- Ter acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A sequência correta é:

- a) F, V, V e F
- b) V, V, V e V
- c) F, V, F e V
- d) V, V, V e F

3. Joana manifestou interesse na maternidade em entregar seu filho após nascimento para adoção. Segundo a Lei 8069/90 (ECA), Joana deverá ser encaminhada:

- a) ao guarda municipal ou policial da maternidade;
- b) ao Conselho Tutelar para providenciar à família substituta;
- c) à Assistente Social da maternidade para abrigar o bebê;
- d) à Justiça da Infância e Juventude.

4. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA:

I - O poder familiar será exercido, em igualdade de condições pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade Judiciária competente para a solução da divergência.

II - A falta ou carência de recursos materiais é motivo suficiente para a suspensão ou perda do poder familiar.

III - Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir às determinações judiciais.

- a) As afirmações I e II estão corretas
- b) As afirmações I e III estão corretas
- c) As afirmações II e III estão corretas
- d) Apenas a afirmação II está correta

5. Dentre as medidas de proteção abaixo assinale aquela que **não** pode ser aplicada diretamente pelo Conselho Tutelar à criança e ao adolescente.

- a) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar e ambulatorial;
- b) colocação em família substituta;
- c) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- d) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

6. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) compreende que a responsabilidade para dispor sobre a formulação da política de atendimento na área da Infância e da Adolescência é paritária entre a sociedade civil e o Poder Executivo. Os órgãos que detêm poder deliberativo sobre tal política são:

- a) Órgãos gestores municipais e Conselhos setoriais de políticas públicas;
- b) Conselhos de Assistência Social e de Educação;
- c) Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente junto ao Fundo para Infância e para Adolescência.

7. Em relação aos deveres do Estado é correto afirmar que o mesmo deve assegurar:

- a) o acesso de crianças e adolescentes aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- b) o atendimento em creche a partir dos quatro anos;
- c) a oferta do ensino noturno para adolescentes com doze ou mais anos;
- d) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede especial de ensino.

8. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), prevê que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que **NÃO** se configura esse direito:

- a) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- b) Opinião e expressão;
- c) Buscar refúgio, auxílio e orientação;
- d) Acesso a cultura e aos espetáculos públicos de qualquer natureza e faixa etária.

9. Marcos tem 13 anos, cursa 8º ano do Ensino Fundamental no período da manhã e trabalha como auxiliar de escritório no período da tarde. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O adolescente pode trabalhar em qualquer faixa etária, desde que lhe seja assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários;
- b) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz;
- c) Ao adolescente portador de deficiência não é assegurado o trabalho protegido;
- d) O adolescente só pode trabalhar após completar 18 anos.

**10.** Conforme o Artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a medida que não pode ser aplicada aos Pais ou Responsáveis:

- a) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- b) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c) Perda da Guarda;
- d) Prestação de Serviços à Comunidade.

**11.** É possível afirmar que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados e violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III- por intervenção pedagógica;
- IV – em razão de sua conduta.

Estão corretas as afirmações:

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II e IV

**12.** As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato, sob pena de responsabilidade em:

- a) até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude;
- b) até 48 (quarenta e oito) horas ao Conselho Tutelar;
- c) até 24 (vinte e quatro) horas ao Centro de Referência de Assistência Social;
- d) até 48 (quarenta e oito) horas ao Ministério Público.

**13.** A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Sendo assim, é correto afirmar que a liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de:

- a) seis meses, não podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o Ministério Público e o defensor;
- b) doze meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Conselho Tutelar e o defensor;
- c) seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Ministério Público e o defensor;
- d) seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Conselho Tutelar e o defensor.

Leia o texto abaixo e assinale a resposta correta nas questões 14 e 15.

### **Brasil tinha 23,1 mil jovens privados de liberdade em 2013, diz Ipea**

Dados são do instituto e de órgão da Secretaria de Direitos Humanos. Infrações mais comuns foram roubo, tráfico de drogas e latrocínio.

O Brasil tinha 23,1 mil adolescentes privados de liberdade em 2013, segundo dados divulgados nesta terça-feira (16) em **Brasília** pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Mais da metade dos adolescentes infratores eram negros (60%) e 51% não frequentavam a escola quando cometeram as infrações.

Os dados são do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), órgão ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e do Ipea.

O levantamento aponta ainda que 90% dos adolescentes infratores cumprindo medida socioeducativa eram do sexo masculino e mais da metade das infrações registradas foram cometidas por jovens entre 16 e 18 anos.

Cerca de 40% das infrações cometidas eram por roubo, 23,5% por tráfico de drogas, 8,75% por latrocínio (roubo seguido de morte), 3,4% por furto, 1,9% por estupro e 0,9 por lesão corporal.

De acordo com o levantamento, os estados com maior número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em regime fechado em 2012, ano com dados mais recentes nesse tópico, eram São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

A região Sul possui a maior porcentagem de adolescentes internados por homicídio e latrocínio – 451 jovens, ou 20% do total. O Nordeste possui o maior número absoluto de adolescentes reincidentes, que cumprem medidas pelos mesmos delitos praticados – 869 (17% do total).

Mais da metade dos adolescentes internados no Norte (51%) e Centro-Oeste (52%) cometeram atos como roubo e furto. As duas regiões tinham as menores taxas de delitos relacionados ao tráfico de drogas – 7% e 12%, respectivamente.

De acordo com o Ipea, um relatório elaborado pela Comissão de Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público apontava superlotação nas unidades de internação em 16 estados – em alguns deles, maior que 300%.

O levantamento aponta ainda que a maior parte dos centros de internação não separa internos provisórios dos definitivos nem por idade, tipo físico ou por infração cometida, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **Fugas e mortes**

Entre março de 2012 e março de 2013, foram registradas as fugas de 1.560 adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas no país, mostra o estudo. Os dados do Sinase apontam que neste período 30 adolescentes morreram.

*(Isabella Formiga – G1/DF. Acesso em: 16 jun. 2015)*

**14.** A notícia acima evidencia o não cumprimento do ECA no que se refere:

- a) a reiteração das faltas injustificadas e de evasão escolar comunicadas pelo Conselho Tutelar;
- b) a obrigação dos pais ou responsável de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino;
- c) aos elevados níveis de repetência e de atendimento especializado aos portadores de deficiência;
- d) ao recenseamento dos educandos no Ensino Fundamental, fazendo-lhes a chamada e zelando, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola como competência do Conselho Tutelar.

**15.** Analisando a notícia e o que determina o ECA sobre internação de jovens infratores, são verdadeiras as afirmações abaixo, exceto:

- a) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- b) A medida não comporta prazo determinado, devendo a sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses;
- c) A liberação será compulsória aos dezoito anos;
- d) A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

**16.** De acordo com o artigo 201 do Estatuto da Criança e do Adolescente são competências do Ministério Público: (Art. 201 /letra D)

- I - Inspeccionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.

II - Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

III - Requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.

- a) As afirmações I e III estão corretas
- b) As afirmações I e II estão corretas
- c) Apenas a afirmação I está correta
- d) Todas as afirmações estão corretas

17. Quando verificado a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judicial poderá determinar, como medida cautelar:

- a) perda ou suspensão do poder familiar;
- b) prisão provisória do agressor em regime fechado;
- c) afastamento do agressor da moradia comum;
- d) prisão provisória do agressor em regime semi-aberto.

18. Sobre a Adoção, assinale a alternativa CORRETA, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) A adoção é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança e do adolescente, na família natural, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.
- b) O adotando deve contar com, no máximo, dezesseis anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- c) Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.
- d) Podem adotar, os maiores de vinte e um anos, independente do estado civil.

19. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a Apuração de Ato Infracional atribuído a Adolescente. Assinale **V** para as alternativas verdadeiras e **F** para as alternativas falsas.

- ( ) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.
- ( ) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para a garantia de sua segurança pessoal ou manutenção de ordem pública.
- ( ) Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.
- ( ) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional deverá ser conduzido ou transportado em veículo policial, para a garantia de sua segurança pessoal, integridade física e mental.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) F, V, V e F
- b) V, V, F e F
- c) V, F, V e V
- d) F, V, F e V

**20.** Segundo o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção CORRETA.

Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente, imputa em pena de:

- a) Reclusão de dois a quatro anos, e multa;
- b) Reclusão de quatro a oito anos, e multa;
- c) Reclusão de três a seis anos, e multa;
- d) Reclusão de um a quatro anos.

**21.** Uma adolescente, por não ter condições de cuidar do seu filho, resolve entregá-lo a uma família com boas condições financeiras, pedindo e recebendo em troca uma recompensa em dinheiro por isso. Assinale a alternativa CORRETA segundo o Estatuto da criança e Adolescente:

- a) A adolescente poderia entregar o seu filho para adoção, podendo receber recompensa por isso;
- b) Esta atitude imputa pena de três a seis anos de reclusão;
- c) Incide em pena de reclusão de um a quatro anos e multa;
- d) A pessoa que oferece paga ou recompensa por menor, com inobservância das formalidades legais, está sujeito a pena de dois a quatro anos de reclusão, e multa.

**22.** Leia as afirmações abaixo assinalando (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas. São atribuições do Conselho Tutelar:

- requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- Conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para adolescente autor de ato infracional.
- promover e incentivar na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) V, F, V, V, F e V
- b) V, V, F, V, V e V
- c) V, V, V, V, F e V
- d) V, F, F, V, F e F

**23.** De acordo com o artigo 91, as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Marque a opção em que o registro à entidade será negado:

- a) ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) esteja regularmente constituída;
- c) tenha em seus quadros pessoas inidôneas;
- d) apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei.

**24.** Sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, de acordo com o artigo 67 do Estatuto da criança e do adolescente. É vedado o trabalho, exceto em condições expressas na opção:

- a) Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
- b) Noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte.
- c) Perigoso, insalubre ou penoso.
- d) Remunerado compatível com o desenvolvimento do adolescente e realizado em horário e local que permitam a frequência a escola.

**25.** De acordo com Art. 56 da Lei n.º 8.069/90 (ECA) compete aos dirigentes de ensino fundamental comunicar ao conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II- reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III- elevados níveis de repetência;

IV – renda familiar dos estudantes.

Estão corretas as afirmações:

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II, III e IV